



A Medicalização do Fracasso Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Período Pós Isolamento Social

Antônia Simone Fernandes Andrade; Denise Santos Costa
Novaes; Fabiana Eugênia Silva; Victor de Godoy Matos
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2022





SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES	4
3 MÉTODO	5
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	7
4.1 INTERIOR DE SÃO PAULO	7
4.1.1 CARACTERÍSTICAS DAS QUEIXAS ESCOLARES NO INTERIOR PAULISTA	9
4.2 RESULTADOS E ANÁLISE DO ENCAMINHAMENTOS DE QUEIXAS ESCOLARES EM UMA CIDADE DO INTERIOR BAIANO	13
5 METANÁLISE E DISCUSSÕES PERTINENTES	18
6 CONSIDERAÇÕES	21
7 BIBLIOGRAFIA	22



1 INTRODUÇÃO

Compreender como funciona o processo de medicalização do fracasso escolar é extremamente relevante para refletir como essa prática interfere no processo de ensino-aprendizagem dos alunos nos anos iniciais. De acordo com NUNES; SILVA (2021) apud COLLARES; MOYSÉS (1994) a medicalização significa transformar questões que não são de origem política e social em questões médicas, isto é, encontrar motivos biológicos para justificar e abordar problemas dessa natureza. Entende-se que a medicalização propõe um viés individualizante e universalizante, ou seja, há um padrão social onde todos precisam estar adaptados.

O fracasso escolar é visto com um viés de culpabilização individual. Assim, a responsabilidade do insucesso no desempenho escolar é deslocada para o aluno e sua família, remetendo a algumas reflexões acerca do processo medicalizante no ambiente escolar, nas quais se visa a estabelecer matrizes normativas em todas as áreas da vida tais como: “desenvolvimento, comportamento, aprendizagem, inteligência, afetividade, linguagem, gênero, sexualidade, eficiência, estética[...]” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2015, p. 12). Segundo Patto (2015), o fracasso escolar faz parte da escola pública brasileira. Sua metodologia é fundamentada em mitos estruturados que, ao invés de buscar soluções, criam preconceitos dos porquês, propondo uma justificativa para o fracasso. Nessa perspectiva, apenas o aluno entendido como o desajustado, é avaliado e diagnosticado, desconsiderando assim todas as problemáticas do sistema de ensino.

Diante a questão do fracasso escolar e a medicalização da educação, observa-se que os alunos dos primeiros anos iniciais do ensino fundamental apresentam uma sucessão de circunstâncias vulneráveis perante a lógica desse sistema biologizante. Pode-se atribuir a esse fato os processos de ensino-aprendizagem durante os períodos de alfabetização “[...] pois é de lá que surgem as primeiras dificuldades de aprendizagem que vão perpetuando com as próximas séries” (SAWAYA, 2000 citado por FARIA, 2018, p. 150). Lima e Faria (2019) conceituam as práticas medicalizantes como o discurso hegemônico para o fracasso escolar “sintetizado no discurso fraturado” que pode ser visto como, por exemplo, a partir da



afirmação de que as causas das dificuldades de escolarização podem estar associadas às práticas de ensino que não despertam o interesse do aluno e simultaneamente, nos problemas originários na própria criança e na desorganização de sua família. Posto isto, torna-se relevante pensar alternativas para a superação dessa lógica patologizante da educação. Precisamente, uma forma de enfrentamento do fenômeno da medicalização constitui-se no fortalecimento de políticas públicas em educação que contribuam para a vivência de crianças e jovens na escola sem que sejam capturados pela lógica medicalizante. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2015).

Ao refletirmos como a prática medicalizante interfere hoje no sistema educacional, é importante compreender como a pandemia da COVID 19 impactou no processo de ensino-aprendizagem. Com a pandemia, o mundo se deparou com um novo cenário, com adaptações na forma de trabalho, vida social. A escola precisou ofertar a extensão das suas atividades até a casa dos alunos, ação que favoreceu com que muitos alunos conseguissem ter acesso à educação. Ao mesmo tempo, porém, muitos outros não tiveram acesso à internet ou ajuda da família para realizar as atividades, visto que o público de estudantes é bastante heterogêneo. Alguns desses fatores contribuíram para que os alunos poucos estimulados e assistidos tivessem uma adaptação menos favorável. (OLIVEIRA E CARVALHO, 2021)

Alguns dados comprovam como a pandemia impactou na queda da aprendizagem, que refletiu principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses dados foram coletados através do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que através da Prova Brasil e da taxa de aprovação é possível averiguar o nível de aprendizagem dos alunos. Em 2019 o Ideb estava em 6,02 (aprendizado) multiplicado por 0,94 (aprovação), porém, em 2021 houve um resultado de 5,64 (aprendizagem) e 0,97 (aprovação). Importante salientar que o nível de aprovação em 2021 foi maior, pois houve uma orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para não reprovar os alunos no período pandêmico, portanto, alguns alunos foram aprovados sem terem as habilidades necessárias para o próximo ano. (DIAS e RAMOS, 2022). Devido as situações citadas acima, alguns alunos retornaram às aulas presenciais com dificuldades de aprendizagem devido às dificuldades associadas ao isolamento social e a falta de contato com a escola. No entanto, foi possível intuir, a partir da lógica do fracasso escolar no discurso escolar, que esses discentes estavam com algum transtorno de aprendizagem.



2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES

O presente estudo pretende avaliar o impacto da pandemia na prática medicalizante do fracasso escolar através das fichas de encaminhamento para o setor da equipe multidisciplinar, um localizado no interior de São Paulo e o outro no interior da Bahia. Em termos de hipóteses gerais do estudo, prevemos que, devido às dificuldades recorrentes no processo de ensino-aprendizagem na pandemia favoreceu para que a escola buscasse justificativas patologizantes e medicalizantes, fazendo com que o nível de encaminhamentos de casos para equipe multidisciplinar fosse cada vez mais frequente desconsiderando outros fatores atrelados às dificuldades encontradas como o fato das escolas não considerarem o impacto do isolamento social em decorrência da pandemia ao formularem a queixa escolar.



3 MÉTODO

A pesquisa foi realizada em dois municípios, um localizado no interior de São Paulo e o outro no interior da Bahia.

No município do interior paulista, a coleta de dados ocorreu numa instituição pública que atende às queixas escolares. As demandas são encaminhadas à equipe multiprofissional após avaliação pedagógica nas Salas de Recursos Multiprofissionais.

No município baiano, os dados analisados foram coletados com a equipe multiprofissional da secretaria de educação, que recebe os encaminhamentos de todas as escolas da rede municipal.

O estudo contemplou a análise das fichas de encaminhamento, cujas demandas são endereçadas ao setor de psicologia. Para essa pesquisa, optou-se pela análise dos formulários do primeiro ciclo do ensino fundamental, que engloba os alunos do 1º ao 5º ano.

Buscou-se a partir do estudo das fontes documentais, a caracterização e compreensão das queixas escolares, durante a pandemia e após retorno às aulas presenciais.

Pretendeu-se, ainda, analisar pontos de convergências e dissonâncias quanto a caracterização das queixas escolares nos dois municípios. Para tanto, foram analisados 135 formulários, sendo 24 da cidade paulista e 111 do interior baiano.

Após análise dos formulários, as queixas escolares foram classificadas em 3 categorias: Queixa Pedagógica (QP), Queixa Comportamental (QC) e Queixa Patológica e Patologia (Qpat e PAT), conforme critérios definidos no trabalho **“Características da demanda de um Serviço-Escola de atendimento psicológico a queixas escolares: continuidade de pesquisa e aperfeiçoamento do banco de dados do Serviço “Orientação à Queixa escolar” do Instituto de Psicologia da USP”**, de Maia (et.al, 2018).

Em consonância com os objetivos ressaltados neste trabalho, procurou-se compreender nestes dois municípios, para além da caracterização das queixas escolares, se o



advento da pandemia atravessou a formação da queixa escolar e, caso sim, qual o impacto considerado a partir deste tempo de distância do ambiente escolar.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Interior de São Paulo

No intuito de explicar os dados posteriormente apresentados, vale-se de uma contextualização a respeito da rede de educação municipal e a instituição que serviram de palco para esta região destacada no estudo. Nesta cidade, especificamente, o serviço que atende às queixas escolares situa-se em um local privilegiado na rede de educação, conceituado e requisitado entre as Unidades Escolares que compõem a educação municipal. Com 32 anos de funcionamento, os profissionais desta instituição atendem na perspectiva de clínica multiprofissional, considerando os setores de Psicologia (o maior, que possui mais profissionais), o de Pedagogia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Desta maneira, o fluxo opera na seguinte lógica: a professora de sala de aula regular percebe dificuldades escolares, portanto encaminha o aluno para avaliação pedagógica especializada nas salas de recursos multiprofissionais (SRM).

Após esta avaliação, a professora da sala de recursos, junto à professora de sala regular e gestão escolar, percebendo a dificuldade e a necessidade do atendimento psicológico, fonoaudiológico ou terapêutico ocupacional, encaminha o aluno para a instituição, que atende conforme as necessidades apontadas no encaminhamento. O fato de o setor de Psicologia ser maior e possuir mais profissionais que os de pedagogia em uma instituição que lida com queixas educacionais já revela muito sobre a abordagem da formação de queixa escolar. Por trás deste fato, denota-se uma proeminência na visão individualizante, deslocando o foco da concepção das dificuldades escolares no aluno, bem como em seu enfrentamento: perspectiva clínica e patologizante.

O objeto de estudo e análise presentes neste trabalho é o documento pedagógico supracitado, oriundo das avaliações de sala de aula regular e de recursos, com a supervisão da gestão escolar. Para isso, foram analisados 24 formulários de crianças que estão no primeiro ciclo da educação fundamental, ou seja, nos 1º aos 5º anos do ensino fundamental I. Destes formulários, 14 foram encaminhados para a realização da triagem psicológica e 10 já estão em



avaliação psicológica, podendo oferecer mais dados a respeito de como a investigação da queixa escolar se desdobrou e quais aspectos relevantes sobre a formulação da queixa se apresentaram como objeto de análise para o presente estudo. Existe uma diferenciação fundamental e elementar para analisar qualitativamente estes documentos. Enquanto uns formulários foram analisados conforme o encaminhamento da escola, em outros casos, outros dados foram considerados em análises de encaminhamentos internos. Portanto, em alguns destes formulários, excluídos os de triagem, mostram que o encaminhamento destes alunos não partiu da sala de recursos, mas de um profissional da equipe multidisciplinar, que compreendeu necessária a participação de um psicólogo no processo de compreensão deste caso de queixa escolar. É importante salientar isso, pois, conforme será apresentado posteriormente, os casos que foram encaminhados internamente possuem mais chances de considerar o impacto da pandemia no processo de aprendizagem do aluno, fornecendo mais material de análise para este estudo.

O recorte considerado neste trabalho pretende traçar paralelos que compreendam se o impacto da falta de escolarização durante o período da pandemia e se este foi considerado na formação das queixas escolares. Desta forma, o relatório da sala de recursos, mostra-se como uma oportunidade de a equipe escolar considerar tal período, uma vez que as crianças vivenciaram uma ausência parcial ou total do ambiente escolar durante os anos de 2020 e início de 2021. O documento produzido pela escola vislumbra oportunidade de escrita livre, sendo considerados aspectos mais objetivos da queixa, mas ofertando um campo específico para que os profissionais relatem outros aspectos sociais e pedagógicos que poderiam auxiliar no processo de formação da queixa escolar.

Vale ressaltar que, esses formulários elaborados pela prefeitura não sofreram quaisquer alterações frente à nova realidade sobre a pandemia. Esse dado torna-se relevante, pois, expressa factualmente uma realidade vivida na secretaria de educação deste município: O isolamento social e o período de um ano de afastamento da escola não está sendo considerado pelo sistema escolar.

4.1.1 Características das Queixas Escolares no Interior Paulista



O presente gráfico explicita a caracterização geral das queixas escolares analisadas, a partir dos parâmetros estabelecidos por Maia (et.al, 2018):

Gráfico 1 - Geral das queixas escolares encontradas na pesquisa no município do interior de São Paulo.



Gráfico de elaboração própria (2022)

Apesar de as queixas pedagógicas serem as mais frequentes, observou-se analisando qualitativamente a amostragem que 40% destas também se encontram associadas às queixas patológicas. Neste sentido, a análise dos relatórios apresentados pelos professores vislumbra um fenômeno importante: as queixas de dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura escrita se adesivam às que indicam sinais de Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (Queixa patológica B). Sendo assim, conclui-se que a patologização das dificuldades de aprendizagem chegou a um nível que, vista a dificuldade, a visão biológica impera na interpretação destes fatos, levando a uma implicação de que provavelmente este evento está sendo causado por um distúrbio neurológico, atribuindo a doença à dificuldade escolar. O fenômeno ressaltado anteriormente se explicita nos dados, que informam que, em 42,8% das vezes em que uma queixa de TDAH surge, ela está associada de forma a justificar as dificuldades de leitura e escrita, acompanhando o processo biologizante que se incrusta no processo de avaliação de uma queixa escolar.

Partindo para as queixas de maneira mais detalhada, a queixa pedagógica mais proeminente foi a (B), nas quais estão explícitas as condições de leitura e escrita:

Gráfico 2 - Caracterização das queixas pedagógicas encontradas no estudo no município do interior de São Paulo.

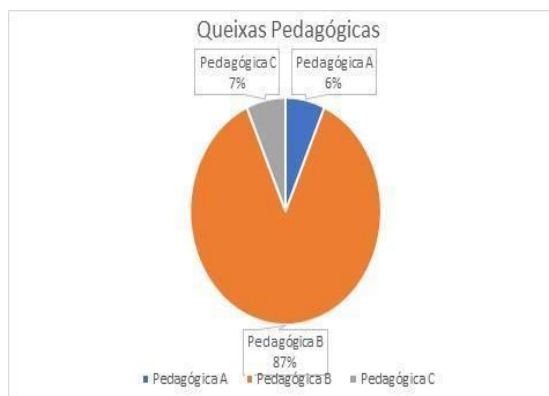


Gráfico de elaboração própria (2022)

Esse dado pode acompanhar as conjecturas realizadas a partir da noção do impacto da pandemia na vida das crianças na entrada do ensino fundamental. Uma vez que o processo de aquisição de escrita também se dá por meio da repetição e reconhecimento das letras, bem como da interação com grupos e com a figura do professor, que media o processo e auxilia aos que apresentam dificuldades. Ao analisar estes dados também surge a dúvida: Que elementos a escola está considerando enquanto queixa escolar? É necessária essa reflexão, uma vez que os parâmetros educacionais imbicaram na necessidade de reavaliação graças ao impacto do período pandêmico. Neste universo, todas as que aparecem como ‘Patológicas I’ remetem às suspeitas explícitas das professoras de sala de recursos sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista):

Gráfico 3 - Caracterização das queixas patológicas encontradas no estudo no município do interior de São Paulo.

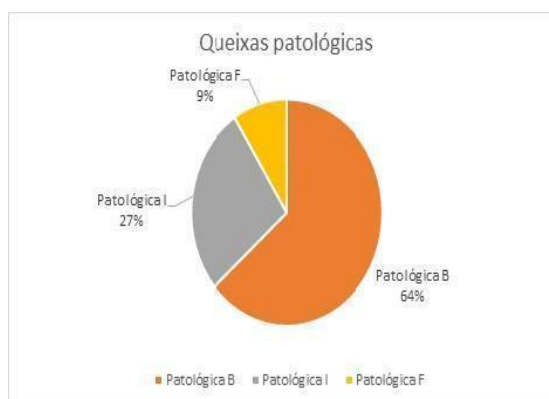


Gráfico de elaboração própria (2022)



Considerando os aspectos analisados até aqui, compreendeu-se que o público deste estudo foi alvo de uma lógica já presente na bibliografia no que se trata de medicalização das dificuldades escolares e reprodução do fracasso escolar por meio do discurso biológico: a maior das queixas patológicas e encaminhamentos para avaliação de queixa escolar são as suspeitas de TDAH. Ainda assim, foi proeminente também a suspeita dos professores a respeito do TEA, ocupando 27% das outras queixas patológicas e sendo associadas às dificuldades de aquisição de leitura e escrita. Esse fenômeno é bem compreendido quando se percebe que, a instituição já bem estruturada na rede, serve também como uma espécie de ambulatório, nos quais os serviços educacionais e de saúde se confundem e perdem sua caracterização, sendo, portanto, a instituição um produto e produtor da lógica medicalizante nesta rede municipal.

Outro fator estrutural compreendido nas análises destes formulários é se, os profissionais que os realizaram, consideraram na formulação destes os impactos da pandemia no processo de aprendizagem. Com a análise dos formulários, é perceptível que a escola, ao redigir estes relatórios de encaminhamento, exercem o julgamento às famílias, as responsabilizando pela condição escolar, reproduzindo a teoria da carência cultural (PATTO, 2015). Desta maneira, assim como o biopoder, a partir da medicalização se torna uma justificativa para a dificuldade de aprendizagem, as condições sociais e financeiras também se tornam. Esses elementos podem ser observados quando se nota a seguinte passagem: “O aluno ainda não possui laudo médico[...]é uma criança extremamente carente [...] é uma família desestruturada” (sic). No entanto, apesar de, em muitas vezes, considerarem o biológico e social como determinantes (no sentido mais estrito da palavra), os profissionais que compuseram estes encaminhamentos, passaram ignorantes aos possíveis efeitos produzidos pela pandemia de Covid-19 e consequências do isolamento social, dentre elas, o distanciamento da escola:

Gráfico 4 - Informa a consideração ou não da pandemia na formação das queixas escolares coletadas neste estudo no interior de São Paulo.

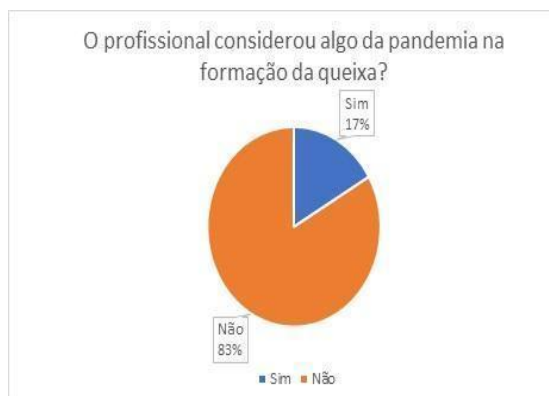


Gráfico de elaboração própria (2022)

Os dados que compõem este gráfico são impressionantes, considerando, principalmente, que muitas das crianças presentes neste estudo tiveram mais de um ano de atraso, por terem contato ínfimo ou nenhum à escola e aos processos de aprendizagem durante este período. No entanto, estes dados podem ser interpretados de uma forma ainda mais preocupante: os profissionais que indicaram elementos do atraso da pandemia nas dificuldades de aprendizagem tratam-se 100% de crianças que foram encaminhadas internamente pelos setores de pedagogia, fonoaudiologia ou terapia ocupacional. Desta maneira, todas as crianças que foram encaminhadas pelas escolas foram avaliadas sem a mínima consideração do impacto que a pandemia causou na vivência delas e no atraso do conteúdo educacional esperado para aquela faixa etária.

No caminho contrário a esse estado de ignorância, observa-se algumas escolas da rede realizando projetos que objetivam a busca pela recuperação de elementos acadêmicos considerados defasados pelo impacto da pandemia. No entanto, pouco se justifica para que eles aconteçam, afinal, em uma análise sistêmica do funcionamento da rede como um todo, é como se a pandemia nunca tivesse ocorrido. Neste sentido, o presente estudo mostra a relevância destes projetos frente a um evidente declínio dos níveis educacionais em escala nacional e uma maneira de tentar resgatar elementos distantes da educação de maneira a não individualizar um processo que claramente tem raiz social. Desta forma, esses tímidos projetos podem ser impulsionados com o olhar da pesquisa responsável e crítica, de forma a evitar reproduzir elementos de dominação ideológica por meio da medicalização e biologização da vida, uma vez que o problema é social, não individual.



4.2 Resultados e Análise dos Encaminhamentos de Queixas Escolares em uma Cidade no Interior Baiano

O serviço de psicologia a que se remete os dados desse estudo, está inserido em uma equipe multiprofissional, vinculada à secretaria de educação de um município de pequeno porte, no sertão da Bahia. A equipe multiprofissional é composta por 1 profissional de psicologia, 1 profissional de serviço social e 1 psicopedagoga. O serviço foi implantado recentemente no município, sua equipe está atuando desde abril do ano corrente, por meio de concurso público.

Os formulários de encaminhamento são preenchidos pelos professores das 9 escolas municipais, sendo cinco delas localizadas na zona urbana, e as demais na zona rural. Para esta pesquisa, foram analisados os dados de sete escolas que atendem o primeiro ciclo do ensino fundamental, objeto de análise deste estudo.

Foram analisados 111 formulários de encaminhamento. Cabe salientar, que os formulários são encaminhados para o serviço, indicando qual atendimento o aluno necessita: psicologia, serviço social, psicopedagogia e/ou fonoaudiologia. O maior quantitativo de encaminhamentos é para o serviço de psicologia, e apenas estes foram analisados.

O questionário foi construído pela equipe da educação especial do município no ano de 2022, após o retorno às aulas presenciais. É importante destacar que, apesar dos alunos passarem por isolamento social e aulas remotas, o questionário não traz questões específicas ao processo de aprendizagem nesse período, e não faz referência também às questões emocionais advindos desse momento de pandemia, como possível explicação, para as modificações no comportamento dos alunos.

A caracterização nesta análise, compôs o presente gráfico:

Gráfico 5 - Geral das queixas escolares encontradas na pesquisa no município do interior baiano.



Gráfico de elaboração própria (2022)

A análise do gráfico revela uma maior percentagem para as questões pedagógicas. Esse dado traz importantes reflexões tendo como base a análise qualitativa desses questionários. A primeira questão é o fato de que as queixas consideradas pelos profissionais como patológicas, são os casos de alunos que já têm diagnóstico ou a suspeita diagnóstica indicada por algum profissional. Os encaminhamentos que se enquadram nas outras duas categorias, pedagógicas ou comportamental, são vistas também pela escola, e muitas vezes por seus familiares, como indicativas de patologia, e são encaminhadas aos profissionais, especialmente aos de psicologia, com o intuito de diagnosticar ou nomear o problema.

Outro ponto, é a psicologização e patologização das queixas escolares, e a consequente despotencialização dos professores e da comunidade escolar como um todo. Quando se supõe que a causa da patologia ou dificuldade está ou no indivíduo ou em sua família, perde-se a oportunidade de questionar as relações que interferem no processo ensino-aprendizagem, impedindo a circulação dos discursos e o surgimento de novas práticas.

Partindo para as queixas de maneira mais detalhada, a principal queixa é a categoria C, relacionada às dificuldades de aprendizagem, seguido de dificuldade de leitura e escrita.

Gráfico 6 - Caracterização das queixas pedagógicas encontradas no estudo no município do interior baiano.



Gráfico de elaboração própria (2022)

Ao compreender que a maioria dos alunos encaminhados ao serviço de psicologia apresentam dificuldade de aprendizagem, os profissionais evidenciam uma perspectiva individualizante, que responsabiliza os sujeitos e as relações familiares, e exclui o contexto escolar, como possível produtor de dificuldades nas aprendizagens. Ao não se considerar como parte do problema, a escola também se exime de repensar práticas excludentes.

As queixas comportamentais têm a segunda maior demanda de encaminhamentos. Sendo a classificação A, que engloba a agressividade com o maior percentual. A análise dos formulários permite observar que ao detalhar o comportamento do aluno considerado indisciplinado ou agressivo, os professores enfatizam as questões familiares. Aqui ocorre também, como nas queixas pedagógicas, uma visão culpabilizante do indivíduo e de seu contexto familiar.

Em seguida, teremos o comportamento ansioso representado pela classificação H, com um percentual significativo de encaminhamentos. Tais queixas precisam ser compreendidas levando em consideração o longo período de isolamento social, a insegurança e angústia que a pandemia da Covid 19 trouxe.

Gráfico 7 - Caracterização das queixas comportamentais encontradas no estudo no interior baiano.



Gráfico de elaboração própria (2022)

No que concerne às queixas patológicas, temos um maior percentual de crianças diagnosticadas ou com suspeita diagnóstica de Transtorno do Espectro Autista (TEA), seguido de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Os resultados estão em consonância com a literatura, que têm indicado aumento dos diagnósticos de TDAH e TEA e uma crescente medicalização da educação e da sociedade (SOUZA, 2020).

Uma análise mais detalhada desses dados, permite-nos compreender que as crianças que têm diagnóstico ou suspeita diagnóstica, representam a menor quantidade de encaminhamentos para o serviço de psicologia. Uma leitura possível desses dados é que as situações que mais angustiam os profissionais da escola, são as que eles não conseguem ainda identificar, nomear o problema, e por isso, necessitam do olhar profissional que confirmem a hipótese de que há um problema no aluno e /ou no contexto familiar em que está inserido.

Gráfico 8 - Caracterização das queixas patológicas encontradas no estudo no município do interior baiano.





Gráfico de elaboração própria (2022)

Por fim, buscou-se compreender se ao encaminhar os alunos ao serviço de psicologia, os professores e a direção da escola levaram em consideração a pandemia e a forma que os alunos foram por ela afetados. Tendo como referência os formulários de encaminhamento pode-se dizer que não há referência no documento ao momento de pandemia e de como este influenciou o processo ensino-aprendizagem.

O trabalho da equipe multiprofissional, especialmente da psicologia escolar tem sido de romper com práticas individualizantes, que por não considerar os contextos sócio-históricos, perpetuam a culpabilização dos indivíduos e de suas famílias.



5 METANÁLISE E DISCUSSÕES PERTINENTES

A análise dos dados na instituição do interior paulista e na instituição do interior baiano possui pontos que convergem e pontos de dissonância, que trazem importantes desdobramentos para o que a pesquisa se propõe investigar. A psicologização e medicalização dos processos de aprendizagem se tornam evidentes ao apontar, nas duas instituições, as queixas pedagógicas sendo responsáveis pela grande maioria de encaminhamentos ao serviço de psicologia, um percentual de 47% na primeira, e 55,86% na segunda. Busca-se ao encaminhar esses alunos respostas rápidas, que são externas ao contexto escolar, bem como nomear e localizar o suposto problema no indivíduo, numa tentativa de explicar biologicamente a dificuldade; ou nas suas relações familiares, que por si só, justificariam um comportamento ou falha na aquisição de conhecimento esperados para determinadas famílias, julgadas como impróprias por sua condição de vulnerabilidade social.

Os resultados entre os dois municípios diferem quando se analisa as duas outras categorias: Queixas comportamentais e queixas patológicas. No interior paulista, as queixas patológicas superam em quantidade- 34% dos encaminhamentos- as queixas comportamentais que representam 19% dos formulários; ocorre um inverso na instituição do interior da Bahia- 27,93% de queixas comportamentais e 16,21% de queixas relacionadas a patologias. É possível inferir que as características de cada instituição explicam essas diferenças. A equipe multiprofissional do interior paulista, tem estruturado o trabalho no decorrer de seus 32 anos, adotando uma lógica de atendimento ambulatorial. Em decorrência deste fato, compreendemos que a escola ao encaminhar os casos que identifica como patológicos, mesmo aqueles que estão nas outras duas categorias, espera-se que o trabalho dos profissionais seja direcionado aos alunos e aos seus familiares, excluindo-se do processo de diálogo e construção de novos saberes e práticas, produtores de saúde e desenvolvimento.

Sobre as queixas patológicas, em diversas situações, foi percebido que elas servem com o objetivo de tamponar um funcionamento institucional e de rede deficitário. Em ambas as regiões pesquisadas, a maneira de estabelecer a queixa patológica foi em forma de justificar as dificuldades escolares, estabelecendo um discurso ideologicamente dominante, imperativo,



infalível e indiscutível. Medicalizar, desta maneira, se tornaria a saída para o desespero e desamparo da comunidade escolar frente a uma relação educacional onde muito se exige. Neste sentido, medicalizar é atenuar uma ferida em aberto, que responsabiliza o aluno e família por si só e encobre a responsabilidade de outros sujeitos da comunidade escolar. Esse fenômeno acaba por dar palco e privilégio à consolidação do fracasso escolar.

A instituição baiana, por outro lado, iniciou os seus trabalhos recentemente, em abril do ano de 2022. Esse fato traz muitos desafios, mas também permite a construção de parâmetros e de outros processos de trabalho, mais próximos à comunidade escolar, almejando a circulação dos discursos. E por estarem inseridos na escola e mais perto das relações ali estabelecidas, recebem demandas que angustiam os professores em sua rotina de trabalho, como a questão da agressividade, que representa mais da metade (55%) das queixas comportamentais.

A escuta dos professores clarifica sobre a maneira o que os dados evidenciam. O aluno que não aprende e o aluno que conturba o ambiente escolar, desafia e frustra os docentes, que muitas vezes se sentem impotentes frente a essas demandas. Encaminhar o aluno para profissionais considerados detentores de um saber superior aos que eles possuem, um saber psicologizante e medicalizante, pode significar um alívio aos professores, uma vez que ao identificar a causa do problema no aluno ou em sua família, prova-se que o problema não está nas suas estratégias de ensino, tampouco nas relações estabelecidas dentro da escola. Não há espaço para o que difere, seja uma forma diferente de aprender, seja um comportamento tido como opositor; há de se disciplinar os corpos e as mentes. Nesse ponto, os resultados nos dois municípios de realidades tão distintas convergem. Há um esforço dos profissionais do serviço de psicologia de romper com as práticas medicalizantes.

Mesmo no interior baiano, onde existe uma maior liberdade na construção dos processos de atuação profissional, a psicóloga e a psicopedagoga são convocadas a todo momento a atuar numa lógica ambulatorial, que não considera a potência existente nas relações e discursos de todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as contribuições do curso de Orientação à Queixa Escolar têm sido fundamentais para a transformação das práticas.



Em ambas as instituições, não houve a consideração da pandemia. No entanto, no interior de São Paulo, os profissionais da instituição consideraram o efeito da defasagem, no entanto, são provenientes do encaminhamento interno, que estabelece outro tipo de relação com o aluno, mas unitária e individualizada. Neste sentido, a consideração da pandemia no fator micro não possui tanto impacto no contexto social, uma vez que é uma lógica que perpassa a rede escolar como um todo. Considerar a pandemia na formação da queixa escolar, em última análise, também é uma maneira de constituir um sujeito dentro de suas contingências, abordando as características mais pessoais. Neste sentido, intui-se que o fato de uma comunidade escolar considerar os efeitos na pandemia diminuiria significativamente inclusive o número de queixas escolares, uma vez que a estratégia, desta maneira, seria tomar ações mais grupais e menos individualizadas a respeito deste fenômeno. Entretanto, um menor número de queixas escolares tem o potencial de destituir a instituição que atende às queixas escolares de seu significado principal, retirando dela seu público-alvo e seu fluxo de atendimentos. Assim, conclui-se que existe uma necessidade institucional para a criação de demandas, almejando que a instituição, dentro de sua rede, possa, portanto, desenvolver o trabalho que objetiva, mesmo que essas queixas advenham de avaliações geralmente arbitrárias, adotando estigmas fomentadores de fracasso escolar em sua população.



6 CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste artigo foi realizar uma análise dos formulários a partir da ótica medicalizante e se a escola considerou a defasagem devido ao isolamento e distanciamento das crianças das escolas na pandemia de COVID – 19.

Ao realizar a pesquisa foi possível perceber o aumento da quantidade de encaminhamentos de alunos para atendimentos psicológicos devido às dificuldades de aprendizagem. Observou-se a expectativa de que o profissional resolvesse de forma rápida a queixa, através de encaminhamento médico especializado, visando o tratamento farmacológico. A partir do estudo realizado, compreendeu-se que o ideal seria que a equipe escolar agisse com mais naturalidade a respeito do fracasso escolar entendendo o momento atípico que estamos vivenciando e como isso impacta diretamente no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Buscando estratégias conjuntas para diminuir as dificuldades e favorecer a realidade dos alunos.

É importante ressaltar a participação do psicólogo neste processo, que possui a potencialidade de enfrentar os paradigmas impostos pela ideologia neoliberal e os discursos patologizantes ideologicamente dominantes. No entanto, ainda é possível vislumbrar atuações que acenam para a ideologia dominante. Portanto, compreende-se que, para além de incorporar a prática psi no campo da educação, é igualmente importante o fomento da psicologia escolar crítica. A fim de munir os profissionais da área de maneira a cumprir sua atribuição de modo a privilegiar o sujeito e subjetividade, na atuação em favor de dirimir os efeitos catastróficos causados pelo fracasso escolar no cotidiano educacional. É necessário que novos estudos sejam realizados a partir dessa nova realidade escolar com intuito de mensurar o nível do fracasso escolar e buscar estratégias eficazes de como diminuir o índice analisando um contexto geral diminuindo a prática medicalizante.



7 BIBLIOGRAFIA

CASSIANO SILVA, J.; ARRUDA NUNES, A. C. de. A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1104–1127, 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.3.62210. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/62210>. Acesso em: 17 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Fórum Sobre Medicalização da Educação e Saúde. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**: grupo de trabalho educação e saúde do fórum sobre medicalização da saúde educação. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-64, fev./2015. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

DIAS, É.; RAMOS, M. N.. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. Ensaio: aval.pol públ.Educ., 2022 30(117), p. 859–870, out. 2022.

FARIA, S. E. F. medicalização da infância: patologização e rotulação na alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes Múltiplos**, Iguacu, v. 7, n. 3, p. 142-157, jul./2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329844229_medicalizacao_da_infancia_patologizacao_e_rotulacao_na_alfabetizacao. Acesso em: 5 nov. 2022.

LIMA, W. P.; GUIMARÃES DE FARIA, G. G. • Medicalização e fracasso escolar: introdução à construção do discurso hegemônico. **ItinerariusReflectionis**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 01–17, 2019. DOI: 10.5216/rir.v15i1.53834. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/53834>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MAIA, Adriana Marques *et al.* Características da demanda de um Serviço-Escola de atendimento psicológico a queixas escolares: continuidade de pesquisa e aperfeiçoamento do banco de dados do Serviço “Orientação à Queixa escolar” do Instituto de Psicologia da USP. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sites.usp.br/orientacaoqueixaescolar/wp-content/uploads/sites/462/2020/04/Capa-Caracter%C3%ADsticas-da-Demanda-mesclado-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, T. M. P., & CARVALHO, K. G. C. . (2021). dificuldades de aprendizagem e a pandemia: agravamento ou evidenciamento da dificuldade já existente? **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 7(5), 885–892. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i5.1314>

PATTO, Maria Helena Souza. (2015). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia (4a. ed). **Casa do Psicólogo**.



SOUZA, M.P.R. de. 2020. Medicalização da educação e da sociedade no Brasil: Trilhando caminhos. **Educação, Sociedade & Culturas**. 57 (Dez. 2020), 11–29. DOI:<https://doi.org/10.34626/esc.vi57>